

blica, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de março de 2013. — A Subdiretora-Geral (despacho n.º 3624/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 7 de março de 2013), *Maria João Morgado Costa*.

206885052

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 914/2013

Com a aprovação da Orgânica e dos Estatutos do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), através, respetivamente, do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e da Portaria n.º 19/2013, de 21 de janeiro, foram criados os Serviços de Genética e Biologia Forenses, de Química e Toxicologia Forenses e de Tecnologias Forenses e Criminalística, como unidades nucleares centrais, os quais podem dispor de extensões funcionais/unidades operativas fora da delegação onde estão instalados.

Sendo necessário definir a forma como é concretizado aquele modelo orgânico e estatutário, torna-se público que o Conselho Diretivo do INMLCF, I. P., deliberou, em sessão de 7 de março de 2013, que os mencionados serviços ficam instalados e dispõem de extensões funcionais/unidades operativas nos termos seguintes:

O Serviço de Genética e Biologia Forenses fica instalado na Delegação do Centro, dispondo de extensões funcionais/unidades operativas nas Delegações do Norte e do Sul.

O Serviço de Química e Toxicologia Forenses fica instalado na Delegação do Sul, dispondo de extensões funcionais/unidades operativas nas Delegações do Norte e do Centro.

O Serviço de Tecnologias Forenses e Criminalística fica instalado na Delegação do Norte.

26 de março de 2013. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206884697

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Deliberação n.º 915/2013

Considerando o Decreto-Lei n.º 147/2012, de 12 de julho, que aprovou a nova orgânica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, abreviadamente designada por INPI, IP;

Considerando ainda a Portaria n.º 386/2012, de 19 de novembro que aprovou o novo modelo de organização interna do INPI, IP bem como Despacho n.º 2961/2013, de 25 de fevereiro que definiu a sua estrutura nuclear e as suas competências;

Considerado finalmente a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços em função da estrutura orgânica aprovada, o Conselho Diretivo deliberou, nos termos do disposto nos artigos 27.º e 31 da Lei n.º 2/2004, com a redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado, nomear, em regime de substituição, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, Chefe do Departamento de Recursos Financeiros da Direção de Organização e Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, a licenciada Marisa de Jesus Luís, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2013.

5 de abril de 2013. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Leonor Trindade*.

Nota curricular

Identificação:

Nome: Marisa de Jesus Luís

Data de nascimento: 30 de novembro de 1978.

Formação Académica:

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, em 2000 e Mestre em Gestão pelo mesmo Instituto em 2007.

Participação no Seminário de Alta Direção realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INA) em 2005.

Formadora certificada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Auditora interna de qualidade.

Percurso Profissional Relevante:

Exercício de funções como técnica superior no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. desde 2000, nos últimos anos integrada no Departamento de Informação e Promoção da Inovação, onde foi responsável pela análise e gestão de projetos europeus.

Exerceu ainda funções no Departamento de Gestão Financeira, como técnica, coordenadora e chefe do departamento, onde foi responsável pelas áreas de aprovisionamento, contabilidade, vencimentos e tesouraria, entre 2002 e 2005.

Participou como delegada Portuguesa em diversas reuniões internacionais promovidas pelo Conselho da União Europeia e pela Organização Europeia de Patentes (OEP)

Interveio, como formadora certificada, em diversas ações, seminários e cursos relacionados com a propriedade industrial.

206883238

Deliberação n.º 916/2013

Considerando o Decreto-Lei n.º 147/2012, de 12 de julho, que aprovou a nova orgânica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, abreviadamente designada por INPI, IP;

Considerando ainda a Portaria n.º 386/2012, de 19 de novembro que aprovou o novo modelo de organização interna do INPI, IP bem como o Despacho n.º 2961/2013, de 25 de fevereiro que definiu a sua estrutura nuclear e as suas competências;

Considerado finalmente a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços em função da estrutura orgânica aprovada, o Conselho Diretivo deliberou, nos termos do disposto nos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, com a redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado, nomear, em regime de substituição, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, Chefe do Departamento Assuntos Jurídicos da Direção de Relações Externas e Assuntos Jurídicos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, a licenciada Carla Sofia de Matos Albuquerque, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2013.

5 de abril de 2013. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Leonor Trindade*.

Nota curricular

Identificação:

Nome: Carla Sofia de Matos Albuquerque

Data de nascimento: 20 de setembro de 1970

Formação Académica:

Licenciada em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa em 1995 e pós-graduada em “Direito Industrial” em 2003, em curso organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.

Auditora interna de qualidade.

Percurso Profissional Relevante:

Jurista a desempenhar funções como técnica superior no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. desde 1997, nos últimos anos integrada no Gabinete de Apoio Jurídico.

Participou como delegada Portuguesa em diversas reuniões internacionais promovidas pelo Conselho da União Europeia em Bruxelas, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e pelo Instituto para a Harmonização do Mercado Interno (IHMI).

Interveio, como perita em propriedade industrial, em diversas ações de formação.

Coautora da obra “Código da Propriedade Industrial — Anotado” (Almedina, 2010)

206883619